

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3319313620211210105804

Processo 0831826-67.2020.8.23.0010 ☆ - (360 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

64 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 64

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	64	10/12/2021 10:58:04	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	64.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2776439RECURSODEAPELACAO01.pdf Público
	64.2	Arquivo: Guia de Arrecadacao Judiciaria	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2776439RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf Público
	64.3	Arquivo: Guia de Arrecadacao Judiciaria	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2776439RECURSODEAPELACAOAnexo03.pdf Público
	63	09/12/2021 11:04:39	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO
			Cumprimento de intimações - Referente aos eventos JUNTADA DE LAUDO (17/11/2021), JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (25/11/2021)
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
			(Pelo advogado/curador/defensor de ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE) em 06/12/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 56) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (25/11/2021) e ao evento de expedição seq. 57.
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
			(Pelo advogado/curador/defensor de ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE) em 29/11/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (17/11/2021) e ao evento de expedição seq. 53.
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
			(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 26/11/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (17/11/2021) e ao evento de expedição seq. 54.
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
	62	06/12/2021 00:03:18	SISTEMA CNJ
	61	29/11/2021 00:02:51	SISTEMA CNJ
	60	26/11/2021 13:39:01	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo n. 08318266720208230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 29 de novembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**

## RAZÕES DO RECURSO

COLEENDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

### BREVE RELATO DOS FATOS

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 10/09/2019.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

## **III – DISPOSITIVO:**

45. Em face do exposto, por tudo que dos autos constam, nos termos da fundamentação retro, no mérito **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido do(a) autor(a) para condenar a parte requerida ao pagamento da quantia de **R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais)**, acrescida de correção monetária a partir da data do fato ilícito (data do

*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

## DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DA APELANTE

### DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

*“Pelo princípio do devido processo legal (due process of law) qualquer imposição que atinja a liberdade ou os bens de uma pessoa, deve estar sujeita ao crivo do Poder Judiciário, que atuará mediante juiz natural, em processo contraditório que assegure às partes ampla defesa [1]*

Consoante se depreende dos autos, a Apelada realizou perícia médica judicial, porém, a Apelante não foi intimada a se manifestar, **LAUDO COMPLETAMENTE EIVADO DE VÍCIOS**, assim, não foi observado o devido processo legal, vez que, não foram respeitados os Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório.

Destaque-se, que o julgamento antecipado da lide **demonstrou lesão cristalina a garantias fundamentais, previstas na Constituição Federal**. Vejamos:

*“Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

*LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;*

*LV - aos litigantes, processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (...).”*

Ressaltem-se, por oportuno, ensinamentos do Professor **EDUARDO B. BOTTALLO**[2], alicerçado na obra do ilustre **AGUSTÍN GORDILLO**, senão vejamos:

*“Para Gordillo a garantia do devido processo legal compreende dois aspectos essenciais.*

*primeiro deles consiste no que denomina de direito de ser ouvido, o qual por sua vez, pressupõe: a) a publicidade do procedimento (direito de conhecimento); b) a oportunidade de o administrado expressar suas razões antes da decisão e também depois (dupla instância de julgamento); c) a expressa consideração dos argumentos do administrado e das questões propostas, desde que voltadas para a solução do caso; d) o dever da Administração de decidir expressamente os requerimentos; e) o dever da Administração de proferir decisões fundamentadas, analisando os pontos levantados pela parte; e, finalmente f) o direito do administrado de fazer-se representar por profissional habilitado ao patrocínio de seus direitos.*

*O segundo aspecto erigido por Gordillo consiste no direito de oferecer e produzir provas, o qual, por igual forma, se expressa em uma série de pressupostos: a) o direito a que toda a prova razoavelmente requerida seja produzida, ainda que pela própria Administração (requisição de informações etc.); b) o direito a que a produção da prova seja efetuada antes que se profira decisão sobre o mérito da questão; e c) o direito de controlar a produção da prova feita pela Administração.*

*Estes dois requisitos, com os seus respectivos desdobramentos, dão, com efeito, conteúdo e materialidade à cláusula do devido processo legal, na medida em que possibilitam uma adequada proteção ao direito de defesa de que são titulares todos quantos se vejam constrangidos pela ação sancionadora do Poder Público”.*

Ou seja, verifica-se que ambos os requisitos não se encontram preenchidos, vez que restam indiscutivelmente suprimidos os Direitos de “*ser ouvido*” e “*oferecer e produzir provas*”, conforme brilhante entendimento de **AGUSTÍN GORDILLO**.

Deste modo, ante a dispensa imotivada de manifestação da prova pericial, fato de suma importância ao desfecho de ações dessa natureza, inclusive, para possibilitar eventual arbitramento do quantum indenizatório pleiteado, **jamais poderia ter ocorrido o julgamento antecipado da lide**, eis que a sentença *a quo* restou demonstrada uma autêntica denegação de justiça, tornando-se nula de pleno direito a sentença publicada em desfavor da Apelante, uma vez que houve **cerceamento de defesa** em ponto substancial para a apreciação do pedido inicial.

Vistos os fatos, considerando a indiscutível lesão dos **Princípios Constitucionais do DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA e do CONTRADITÓRIO**, vem requerer a esta Corte que se digne a reformar a sentença *a quo*, *liminarmente*, julgando-a nula de pleno direito e em consequência a extinção do feito sem julgamento do mérito, por ser medida de Direito e da mais salutar JUSTIÇA.

### **DA CONTRADICAO NO LAUDO PERICIAL**

#### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E A LESÃO**

A Lei que regula a indenização pleiteada é a Lei n.º 6.194/74, modificada para Lei 8.441/92. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a lesão ou morte e o acidente noticiado.

A parte Apelada conforme a documentação carreada aos autos combinada com sua peça inaugural, alega que devido ao acidente noticiado sofreu lesão no **PE**.

Ocorre que em perícia judicial NÃO FICOU COMPROVADA TAL LESÃO, pois, de acordo com o perito a parte apresentou **5 PODODÁCTILO DE MAO ESQUERDA 10 %**, vejamos:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
5º Pododáctilo de	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Media <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	
MÃO E.	

Ademais verifica-se grave contradição uma vez que o laudo informa que a lesão seria no **QUINTO PODODÁCTILO DA MAO ESQUERDA**. Ocorre ilustres julgadores que pododáctilo seriam os dedos do pé e não da mão como informa o expert. Vejamos significado de pododáctilo no dicionário:

## **po·do·dác·ti·lo |áct|**

(grego *poús*, *podós*, pé + *-dáctilo*)

*substantivo masculino*

[Anatomia] Cada um dos dedos do pé.  = ARTELHO, PEDARTÍCULO

"**pododáctilo**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/podod%C3%A1ctilo> [consultado em 29-11-2021].

Desta forma não há como confirmar o nexo de causalidade entre o sinistro noticiado e a lesão apresentada na perícia judicial, pois, não há documentação que indique que a lesão NA MAO foi decorrente do sinistro.

Vejam os:

#### BOLETIM DO PRIMEIRO ATENDIMENTO:

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - 11:00 h)	Acidente motociclístico, trazido pelo SAMU, sentada na moto. Regime trauma de pé D, com lesão.
Exame Físico	Estável, eupneico, Glasgow 15. Lesão em pé D, com aparente fratura.
Hipótese Diagnóstica	Fx? Realizado diagnóstico/trauma pelo SAMU.

#### PETIÇÃO INICIAL:

Do acidente resultou: "DESCRIÇÃO: fratura de 5º pododactilo D. " conforme laudo médico (doc. anexo).

#### LAUDO JUDICIAL:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
5º Pododactilo de	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	
MAO E.	

Resta claro, pelos fatos narrados na peça inaugural e os documentos juntados, que não existe comprovação cabal da sua invalidez com o suposto acidente noticiado.

Ora i. Julgadores a Apelada não pode ser compelida a **EFETUAR O PAGAMENTO REFERENTE À LESÃO QUE NÃO FOI CAUSADO PELO SINISTRO NOTICIADO NA PRESENTE LIDE.**

Data vênua, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado a quo, pois, conforme demonstrado a r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

Frisa-se que em toda documentação médica acostada pelo Apelado, NÃO foi constatada lesão na mão que ratifica a completa falta de nexo de causalidade.

Resta claro, pelos fatos narrados na peça inaugural, e os documentos juntados pela Apelada, que não existe comprovação cabal da referida invalidez PE da vítima com o suposto acidente noticiado.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre o efeito INVALIDEZ e o acidente noticiado, requer a reforma da d. Sentença pela improcedência da ação, na forma do art. 487, I do NCPC, **ante a ausência de comprovação do nexo causal.**

Caso não seja esse o entendimento dos ilustres julgadores requer a nulidade da sentença com o retorno dos autos ao juízo *a quo* para realização de uma nova perícia.

## **DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

### **LESÃO PREEXISTENTE**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outro sinistro ocorrido em 23/05/20014 SOB O NÚMERO **nº. 2014744272**, já tendo recebido da Seguradora administrativamente **PÉ DIREITO, 25%**,

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito.

Não obstante a Apelada traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A –LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO.** Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

**(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)**

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Apelante opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Equivoca-se a parte Autoral quando tenta fazer crer que faz *jus* ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009 em que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao Apelado em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

Desta forma, requer a Apelante que seja a referida SENTENÇA REFORMADA *IN TOTUM*, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos da Apelada.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso, para:

Sejam julgados improcedentes os pedidos ante a ausência de nexo de causalidade.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 29 de novembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na **858 - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08318266720208230010.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86670000000-7 49910574106-4 02021121500-7 10210069727-9

**GUIA DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 49,91</b>	Vencimento: <b>15/12/2021</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.21.0069727</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>	Processo: <b>0831826-67.2020.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Autenticação Mecânica



86670000000-7 49910574106-4 02021121500-7 10210069727-9

**GUIA DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 49,91</b>	Vencimento: <b>15/12/2021</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.21.0069727</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>	Processo: <b>0831826-67.2020.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 19,91  
R\$ 30,00

OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL  
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,  
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE  
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

**R\$ 49,91**

Autenticação Mecânica



## Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	02/12/2021		0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO			
02/12/2021	08318266720208230010			
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
RR	Vara Cível	RÉU	49,91	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE	FÍSICA		70135479215	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
D8F135AD3DB74260				
CÓDIGO DE BARRAS				
86670000000 7 49910574106 4 02021121500 7 10210069727 9				

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001            AGÊNCIA: 1769-8            CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/09/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00250-X

CONTA: 000000060821-1

---

Nr. da Autenticação 37E91C054AEC0425

Rio de Janeiro, 04 de Setembro de 2014

Carta nº: 5021623

A/C: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

Sinistro: 2014744272  
Vitima: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE  
Data Acidente: 23/05/2014  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

**Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.**

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 2014

Carta nº: 5297860

A/C: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

Sinistro: 2014744272  
Vítima: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE  
Data Acidente: 23/05/2014  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 001

Agência: 000000250-X

Conta: 0000060821-1

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 50%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 2014

Carta nº: 5297861

A/C: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

Sinistro: 2014744272  
Vítima: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE  
Data Acidente: 23/05/2014  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 001

Agência: 000000250-X

Conta: 0000060821-1

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 50%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



# Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

## Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: **2014744272 - 1**  
Nome do(a) Examinado(a): **ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE**  
Endereço do(a) Examinado(a): **RUA CC 30 nº 461 - SENADOR HELIO CAMPOS - BOA VISTA/RR**  
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: **RG 193283 - SSP**  
Data local do exame: **22/09/2014 BOA VISTA/RR**

### Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

#### FRATURA DO 5 METATARSO A DIREITA

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

#### TRATADO CONSERVADORAMENTE COM AINH + APARELHO GESSADO ALTA MEDICA DEFINITIVA

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

#### LIMITACAO DISCRETA NA MOBILIDADE DO PE DIREITO E NA FLEXO EXTENSAO DO 5 PODODACTILO DIREITO

IV. Segundo o previsto no inciso II, 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_\_ dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

#### PE DIREITO

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

**RR - BOA VISTA, 22/09/2014**

**Médico Perito: JULIO CEZAR FURTADO DE QUEIROZ CRM: 2678/AM**

  
Julio Cezar F. de Queiroz  
Médico  
CRM: 2678-AM

Assinatura do perito Examinador - CRM





Seguradora Líder - DPVAT

## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Antonio Neto Moreira Freire  
 PORTADOR(A) DO RG Nº 193.283 EXPEDIDO POR SSPI RR EM 06/06/08 E  
 CPF 401354792-15 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO Autônomo,  
 E RENDA MENSAL DE R\$ \_\_\_\_\_ ( ) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO  
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Antonio Neto Moreira Freire, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

\*1004039



RESINTRAN

28 AGO 2014



Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☒ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)  
 BANCO 003 AGÊNCIA 0050-X (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE 60.823-1
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO  
 BANCO 237 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL  
 BANCO 001 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ  
 BANCO 341 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
 BANCO 104 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL Boa Vista RR, DATA 14/08/14ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A) ANTONIO NETO M. FREIRE

## ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

BANCO DO BRASIL S.A.  
14/08/2014 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.15.32  
08j2172608

EXTRATO CONTA CORRENTE PARA SIMPLES CONFERENCIA

AGENCIA: 0250-X      CONTA: 60.821-1  
CLIENTE: ANTONIO NETO M. FREIRE

HISTORICO	DOCUM.	VALOR
31/07/2014		
Saldo Anterior		0,00C
01/08/2014		
EMPRESTIMO CREFISA	030045	4,05D
Estorno de Debito	030045	4,05C
EMPRESTIMO CREFISA	030045	4,05D
Estorno de Debito	030045	4,05C
EMPRESTIMO CREFISA	030045	4,05D
Estorno de Debito	030045	4,05C
EMPRESTIMO CREFISA	030045	4,05D
Estorno de Debito	030045	4,05C
EMPRESTIMO CREFISA	030045	4,05D
Estorno de Debito	030045	4,05C
EMPRESTIMO CREFISA	030045	4,05D
Estorno de Debito	030045	4,05C
Saldo		0,00C
05/08/2014		



**GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**POLICIA CIVIL**  
**DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - DAT**



**BOLETIM DE OCORRENCIA Nº: 552 - B / 2014 Boa Vista - RR, em 17/07/2014**

**COMUNICANTE:** ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE

**RG:** 193283

**O.EXPEDIDOR:** SSP/RR

**CPF:** 701.354.792-15

**ENDEREÇO:** RUA CC:30

**Nº:** 461

**BAIRRO:** SENADOR HELIO CAMPOS

**CIDADE:** BOA VISTA

**SEXO:** M

**PROFISSÃO:** FUNCIONARIO PUBLICO

**NATURALIDADE:** CARACARAI

**ESTADO:** RR

**DATA DE NASCIMENTO:** 08/03/1981

**IDADE:** 33

**GRAU DE INSTRUÇÃO:** MEDIO

**ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO(A)

**TELEFONE:** 95-9141-4727

**Nº REG CNH:** 04155567470

**NOME DO PAI:** ESTEVAN PEREIRA FREIRE

**NOME DA MÃE:** NEUZA MOTA MOREIRA

Senhor Delegado, venho comunicar que aproximadamente às **18:30:00** do dia **23/05/2014**, na Rua **AV : TANBAU**

Bairro: **EQUATORIAL**,

Município: **BOA VISTA**

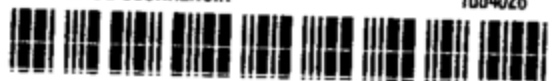
Aconteceu o seguinte fato:

A VITIMA ACIMA CITADA INFORMA QUE CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA/CG 125FANKS DE PLACA DE PLACA NAU2699 CHASSI:9C2JC4110CR412477 DE PROPRIEDADE DO SR:JOÃO NETO DE SOUSA DA SILVA NO ENDEREÇO ACIMA CITADO QUANDO UM CACHORRO ATRAVESSOU A SUA FRENTE FAZENDO COM QUE O MESMO PERDESSE O CONTROLE DA MOTOCICLETA E CAISSE.A VITIMA SOFREU VARIAS LESÕES PELO CORPO E FOI ENCAMINHADO PELE EQUIPE DO SAMU AO PSE H.G.R

BOLETIM DE OCORRENCIA

RESINTRAN

\*1004026\*



**NATUREZA DA OCORRÊNCIA:** (Código 14.999) - APOIO SERVIÇOS DIVERSOS.  
**OBSERVAÇÃO:** DPVAT. REGISTRO EXCLUSIVO PARA FINS DE SEGURO DPVAT

*Antonio Marcos S. Fernandes*  
**INSCRIÇÃO - B**

*ANTONIO NETO M. FREIRE*  
**Comunicante**

**RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA**

**DESPACHO**

*2210114*

- ( ) Fato Atípico. ARQUIVE-SE;  
 ( ) Aguarde-se novos fatos;  
 ( ) Intime-se para novas declarações;  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

Conferente / Recebedor

**DAT**

AGENTE DE PC  
 CONFERIDOR

DELEGADO

**Eletrobras**  
Distribuição Roraima

Eletrobras Distribuição Roraima  
Av. Capitão Ené Garcia, 591 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 03.341.470/0001-44 | Ins. Estadual: 24.027.022-3  
Nota Fiscal de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de tributação autorizado pela EEFAP 388/13

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

105136-9

Nº da Nota Fiscal: 000041779

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JULHO/2014	01/08/2014	121	48,90

ANTONIO NETO NOREIRA FREIRE  
R. CC 30 461 SENADOR HELIO CAMPOS  
CPF: 00070135479215  
CEP: 69.318-145 - BOA VISTA

ROT: 7.001.28.03.165400

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	5876	Atual:	17/07/2014
Anterior:	5755	Anterior:	16/06/2014
Consumo:	1,000	Próxima Leitura:	17/08/2014
	121	Consumo:	17/07/2014
	121	FCAM	

NORMAL

Fator de Potência:

Classe de Consumo: 31

TIPO DE CONSUMIDOR	Localidade	Número Medidor	Posto	Código de End.	Mês de Consumo
RESIDENCIAL	MONO	E2730351	M 1315681	1.1.1.1	144

MÊS	Consumo (KWh)	Valor (R\$)
JUN/14	119	37,01
MAI/14	123	0,04
ABR/14	120	0,60
MAR/14	153	0,10
FEV/14	125	0,75
JAN/14	163	0,38
DEZ/13	170	10,02
NOV/13	161	
OUT/13	162	
SET/13	144	

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
U A 121 - 0,347500

ATUAL SEGUROS DPVAT/RR

Contato: (95) 9157-0123

(95) 3224-1258

06/2014 49,60

Unidade consumidora pública - consumo de energia elétrica a partir de 01/05/2014. O não pagamento por parte do consumidor também a inclusão do nome do consumidor na SERVA. Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

TRE-RR NA CAMPANHA VOTO ETICO 2014. SUA PARTICIPACAO E FUNDAMENTAL PARA CONSTRUIR UM PAIS MAIS JUSTO  
LIGUE 08007019120 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 6 11 16 21

RESINTRAN

2 8 AGO 2014

RESERVADO AO FISCO 8286.F6A9.97C0.3C1D.AEEE.C1F4.7177.E588

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Distribuição: 13,77	Base de Cálculo: 37,01
Energia: 14,19	Alíquota ICMS: 17,00%
Transmissão: 0,00	Valor do ICMS: 6,29
Encargos: 2,00	Valor do PIS: 0,13
Tributos: 7,05	Valor do COFINS: 0,63

INDICADORES DE CONTINUIDADE	DIC	FIC	DMIC	DICRI
Limite	6,03	12,06	24,12	4,35
Realizado	0,48	1,00	0,48	

Composto: DISTRITO

Período de apuração: 05/2014 EUSD: 13,39

ROT: 7.001.28.03.165400

**Eletrobras**  
Distribuição Roraima

Eletrobras Distribuição Roraima  
Av. Capitão Ené Garcia, 591 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 03.341.470/0001-44 | Ins. Estadual: 24.027.022-3

SEU CÓDIGO  
105136-9

TOTAL A PAGAR - R\$  
48,90

MÊS FATURADO  
07/2014

VENCIMENTO  
01/08/2014

Nº da Nota Fiscal: 000041779 FCAM

836900000000 8 489000075000 5 00000000105 7 13690714008 3



\*1004040\*

COMPROVANTE DE RESIDENCIA



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAAR / PSFE  
AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO

1400264253 23/05/2014 19:21:07 FICHA DE ATENDIMENTO TRAUMATOLOGIA NOTURNO 19-07 8

Paciente: ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE Data Nascimento: 08/03/1981 Idade: 33 A 2 M 15 D CNS: CPF: Prontuário:  
Tipo Doc: Documento Órgão Emissor: Data Emissão: Sexo: M Estado Civil: PARDAS Raça/Cor: BOA VISTA Naturalidade:  
IDENTIDADE Mãe: NEUZA MOTA MOREIRA Pai: ESTEVAN PEREIRA FREIRE Contatos: Cell: 9591162725 - Cel2: 9591414727 --  
Endereço: RUA - CC - 30 - 461 - CONJUNTO CIDADAO - BOA VISTA - RR

Class. de Risco: Plano Convenio: SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE N da Carteira: Validade: Autorização: Sis Prenatal:  
Motivo do Atendimento: ACIDENTE DE MOTO Carate do Atendimento: URGÊNCIA Profissional do Atend.: Procedencia: Temp.: Peso: Pressão:  
Setor: GRANDE TRAUMA Tipo de Chegada: SAMU CAPITAL Procedimento Sol.: Registrado por: CLEIRANDESON

Queixa Principal: ☐ Síndrome Febril ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

Anamnese de Enfermagem: GSC: TOTAL: AO: 1234 RV: 12345 MRV: 123456

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - \_\_\_\_:\_\_\_\_h) *nto v guerra b... no p... 1... Ceto uelo... q... q... de hlo... ch... RESINTRAN 28 AGO 2014*  
Exame Físico: *Edema... Co... 28 AGO 2014*

Hipótese Diagnóstica: *Holotrauma. Fratura 5º metatarso D*

SADT - Exames Complementares: ☐ RAO - X ☐ ULTRA-SON ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS:

PRESCRIÇÃO: *Atenção* APRAZAMENTO: 003249 OBSERVAÇÃO:  
*Hospital Geral de Roraima SAME/HGR ENTREGUE ASS: [assinatura]*  
*Hospital Geral de Roraima de Roraima SAME/HGR 17/08/2014 A*  
Certifico que a cópia esta de acordo com o original Ass: [assinatura]

Conduta: ☐ Alta por Decisão Médica ☐ Alta a Pedido ☐ Alta a Revelia ☐ Transferência para: ☐ Ambulatório ☐ Observação (Até 24h) ☐ Internação Data e Hora da Saída/Alta:

Óbito: Antes do 1º Atendimento? ☐ Sim ☐ Não Destino: ☐ Família ☐ IML Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável: Carimbo e Assinatura do Médico

DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR \*1004



Ortopedia 23/05/14

Trauma em pé esquerdo.  
PC: mostra fratura de 5º met (D)

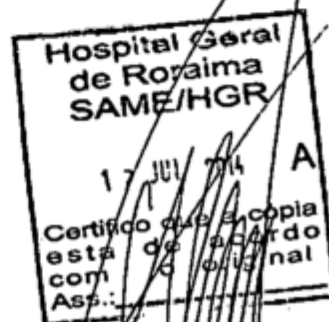
CD: Imobilização  
- ALVE  
- Redução  
- Orientação  
- Atividade

Referência AO Trauma

  
Fábio Ferreira de Lima  
Médico Residente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-RR 1553



003249



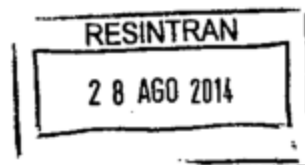
Dr. Willian Jorge F. Neves

CRM-RR 125

CIRURGIA GERAL - GASTROENTEROLOGISTA - ENDOSCOPIA DIGESTIVA

**PERITO LEGISTA**

Antonio Neto Moraes Trave  
vítima de acidente de trânsito  
apresenta:  
edema traumático em dorso  
da mão direita, hematomas  
dos membros do 5º metacarpo  
do pé direito e do  
a lesão traumática.



14 14  
08

Dr. Willian Jorge F. Neves  
MEDICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

*Polígono Direito*

**ANTONIO NETO M. FREIRE**

ACERTADO EM 01/11/14

CARTeira DE IDENTIDADE

RESINTRAN

28 AGO 2014

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 193283 DATA DE EMISSÃO 06/05/2008

NOME **ANTONIO NETO MOREIRA FREIRE**

FILIAÇÃO **ESTEVAN PEREIRA FREIRE**  
**NEUZA MOTA MOREIRA**

NATURALIDADE **AÇAILÂNDIA - MA** DATA DE NASCIMENTO **08/03/1981**

DOC. REGISTRO **CERT. NASC 8882 FLS 257 LIV A-18**  
**CARACARAI - RR**

CPE **701.354.792-15**  
**2 VIA**

*Rita de Cássia Coelho de Araújo*  
Diretora do IIOC

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

ATUAL SEGUROS DPVAT/RR

Contato: (95) 9157-0123

(95) 3224-1256



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Antônio Neto Moreira Freire, portador da carteira de identidade nº 193.283 e inscrito no CPF/MF sob o nº 701.354.792-15, residente e domiciliado na Rua: CC-30, 461 - Senador Hélio Campos, Cidade Boa Vista, Estado Roraima, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ( ) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- (X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

OUTROS

\*1004054\*



ANTONIO NETO M. FREIRE

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

RESINTRAN

28 AGO 2014

Boa Vista/RR, 14.08.14.

Local e data

## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 2014744272**Cidade:** Boa Vista**Natureza:** Invalidez**Vítima:** ANTONIO NETO  
MOREIRA FREIRE**Data do acidente:** 23/05/2014**Emissor do parecer:** Erica  
Marinho  
Silva  
Lima**Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A**Prestadora:** CNIS - Cadastro Nacional  
Informações e Serviços**CRM do médico:** 2678

## PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DO 5 METATARSO A DIREITA**Descrição do exame médico pericial:** LIMITACAO DISCRETA NA MOBILIDADE DO PE DIREITO E NA FLEXO EXTENSAO DO 5 PODODACTILO DIREITO**Resultados terapêuticos:** TRATADO CONSERVADORAMENTE COM AINH + APARELHO GESSADO ALTA MEDICA DEFINITIVA**Sequelas permanentes:****Sequelas :** Com sequela**Data da perícia:** 22/09/2014**Conduta mantida:****Observações:****Valor pleiteado:** 6.750,00**Médico avaliador:** JULIO CEZAR FURTADO DE QUEIROZ**UF do CRM do médico:** AM

## DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda funcional completa de um dos pés	50	1	25

**Valor avaliado:** 1.687,50